

IMPERIALISMO EM FOCO: CAPITAL FINANCEIRO E RECRUDESCIMENTO DA EXPROPRIAÇÃO

Lucas Gama Lima¹

¹ *Universidade Federal de Alagoas. Email: lucasaelima@yahoo.com.br*

Artigo recebido em 03/04/2017 e aceito em 23/06/2017

RESUMO

O presente artigo objetiva decodificar o imperialismo contemporâneo, compreendendo-o como a forma em que se substancializam o conteúdo das relações capitalistas hegemônicas pelo capital financeiro e sua face mais usurária, o capital fictício. Busca-se revelar as maiúsculas contradições do imperialismo contemporâneo e seus efeitos eminentemente deletérios para a humanidade, sem perder de vista seu caráter processual e histórico. Tem-se como ponto de partida a interpenetração de capitais sem precedentes na história, desde a desregulamentação monetária e fiscal do último quartel do século XX, que promoveu um regime de acumulação singular, pautado hegemonicamente na valorização D-D', bem como, na emergência de transnacionais cujo raio de valorização do capital perpassa diversas escalas geográficas. Os países considerados periféricos passaram a integrar o sistema imperialista mundial e concorrem para a valorização do valor nos mais diversos rincões do planeta. Dessa feita, pode-se afirmar que o imperialismo contemporâneo recrudescceu seu caráter expropriador, com o impulso à mobilidade do capital financeiro, especialmente, o capital fictício, e o envolvimento de corporações de diferentes matizes e formações sociais em seu seio.

Palavras-chaves: imperialismo, capital financeiro, capital fictício

IMPERIALISM IN FOCUS: FINANCIAL CAPITAL AND RESURGENCE OF EXPROPRIATION

ABSTRACT

The current article pursues to decode contemporary imperialism understanding it as the way in which the content of capitalist relations hegemoned by financial capital and its most usurious face, the fictitious capital, is substantialized. The aim is to reveal the major contradictions of contemporary imperialism and its eminently deleterious effects for mankind, without losing sight of its procedural and historical character. The interpenetration of capital without precedents in history can be regarded as a starting point, since the monetary and fiscal deregulation of the last quarter of the XX century, which promoted an exceptional regime of accumulation, hegemonically based on the D-D appreciation, as well as in the emergence of transnational corporations whose range of capital appreciation traverses diverse geographical scales. The countries considered peripheral have become part of global imperialist system and compete for the valorization of value in the most diverse corners of the planet. From this, it can be affirmed that contemporary imperialism has increased its expropriation character, with the boost for financial capital mobility, especially, the fictitious capital, and corporations' involvement of different shades and social formations in their centre.

Keywords: imperialism, financial capital, fictitious capital.

INTRODUÇÃO

Parte-se da premissa de que o imperialismo capitalista, não é um “*Deus ex-machina*” que aparece aleatoriamente na história, senão, resultado da conformação de uma natureza singular de acumulação do capital que repercute em todas as dimensões da vida (política, econômica, etc.). Não se trata de mera querela política entre Estados ou de qualquer investida militar de um Estado sobre o outro. Trata-se como alertou Petras (2007) de uma realidade econômica estrutural determinante onde o imperialismo não é um jogo de conspirações ou de estratégias operadas pelos governos.

O imperialismo como categoria analítica segue essencial, não obstante as “mudanças” no/do capitalismo ao largo de mais de um século que impelem à atualização da crítica imperialista cunhada inicialmente pelos marxistas da II Internacional, a saber, Hilferding (1985), Bukharin (1984), Lenin (2002) e Luxemburgo (1984). A II Internacional foi um movimento criado no Congresso Internacional de Paris, em 1889, por iniciativa de Friedrich Engels, que reunia partidos, organizações operárias e intelectuais de esquerda de várias nacionalidades e que contribuiu com análises sobre o imperialismo e o desenvolvimento econômico assimétrico entre os países.

Consideramos que o advento do imperialismo na segunda metade do século XIX, correspondeu a um momento singular do desenvolvimento capitalista que consistiu na tendencial proeminência do capital financeiro e sua dimensão mais perdulária no (re)ordenamento da economia mundial e na nova fase do desenvolvimento capitalista, assinalada pelo poder dos monopólios. Essa fase alçou as corporações empresariais a um processo sistemático – de proporções inéditas – de concentração e centralização do capital que, *pari passu*, suprimiu a atuação dispersa dos capitalistas e exigiu do Estado um papel decisivo na proteção comercial dos monopólios nacionais e na abertura de novos territórios de reprodução do capital.

Enfatiza-se, que o devir capitalista, ora descrito, não se plasmou de modo uniforme pelos países. Em realidade, a formação do capital financeiro radicou-se *a priori* nas economias mais desenvolvidas do capitalismo, sujeitando as demais formações sociais aos imperativos da reprodução ampliada do capital – por meio de invasões, saques, guerras, lucros extraordinários, mecanismo da dívida, pagamento de royalties e toda sorte de expedientes – e aprofundando a divisão internacional do trabalho – não obstante o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo ter conduzido o surgimento de monopólios em alguns países

periféricos, através da articulação subordinada ao capital estrangeiro, e dos investimentos de seus respectivos Estados.

O presente artigo tem como objetivo analisar a crise de acumulação de capital no último quartel do século XX e seus impactos no alavancamento do processo de *financeirização* da economia, bem como, no processo de interpenetração de capitais de distintas formações sociais (centrais e periféricas), que conformam um imperialismo singular na contemporaneidade. Inicialmente, percorreremos pela investigação dos meandros das alterações no funcionamento do capitalismo, em razão da crise de acumulação. Posteriormente, a análise estará direcionada à emergência do capital financeiro e, em especial, do capital fictício, como novo ordenador do modo de produção capitalista, revelando sua influência na atuação das corporações empresariais. O artigo está balizado pelo materialismo histórico-dialético, pois se tem como pressuposto teórico-metodológico, a identificação da singularidade/totalidade do modo de produção capitalista vigente, enquanto expressão do imperialismo contemporâneo. Espera-se com essa investigação contribuir para uma leitura das contradições, que ensejam as relações econômicas assimétricas entre as formações sociais.

PERSCRUTANDO O IMPERIALISMO

A crise de acumulação de capital nos anos de 1970, derivada, sobretudo das dificuldades de realização das mercadorias e da queda da taxa de lucros contribuiu para uma significativa mudança no capitalismo, matizada na acelerada renovação do capital constante, na desregulamentação do controle de movimento de capitais, no fim da paridade do ouro-dólar, na flexibilização das fronteiras para a circulação de mercadorias, na invenção das tecnologias de informação para a sincronização do processo produtivo e financeiro entre as empresas multinacionais, e no impulso desmesurado ao deslocamento de capital monetário das atividades produtoras de mais-valor para os investimentos de caráter eminentemente fictício. Além disso, se registrou a expansão das relações sociais capitalistas a países, até então, marginalizados da acumulação internacional de capital, a exemplo da China, intensificando o processo de internacionalização do capital iniciado no último quartel do século XIX.

O aprofundamento da internacionalização capitalista facilitara a transnacionalização produtiva e vice-versa, promovendo um estuendo aumento das operações industriais e financeiras a partir dos anos 1980, assim como novos instrumentos de proteção do capital especulativo – já que a economia mundial,

com o *boom* de crédito, tornou-se menos estável. O capital sobrando do processo produtivo – capital industrial valorizado através do trabalho material – passou a buscar lucros na esfera financeira, utilizando-se, especulativamente, das oscilações do mercado de *commodities*, das taxas de juros e câmbio, entre outros instrumentos, para acumular nessa esfera. Isto só se tornou possível graças aos avanços das telecomunicações, que permitiram acompanhar, em tempo real, essas operações (ALMEIDA, 2009, p. 373).

Estas alterações estavam balizadas nas tendências do desenvolvimento do capital, já anunciadas por Marx (1988), e cujo devir mais notável foi o maiúsculo descolamento entre o processo produtivo e a propriedade do capital em proporções bem superiores ao observado por Hilferding (1985), Bukharin (1984) e Lenin (2002).

No capitalismo contemporâneo vigoram relações sociais de troca que já não se centralizam pela busca da exploração de mais-valor. Embora este permaneça indispensável ao capitalismo, compreende-se que a economia vem sendo comandada pela lógica onisciente do D-D', e os Estados contribuem para o aprofundamento desse quadro com sua própria participação no mercado financeiro, através da venda de títulos de sua dívida soberana, além da concessão de empréstimos e desregulamentação fiscal e monetária. O dinheiro tornou-se mercadoria-dinheiro, ou capital financeiro, manifestação autonomizada que busca valorizar-se por si mesmo. O dinheiro se converte em força “independente”, “emancipado” enquanto aparência do real, e capaz de (re)ordenar o processo produtivo. Trata-se do alcance mais reificado das relações sociais sob o jugo do capital, haja vista que o dinheiro de equivalente de valor e meio de circulação salta, dialeticamente, à condição de sujeito, como se o porvir da história se encarnasse no próprio.

Passado quase um século desde as críticas iniciais ao imperialismo dos autores da II Internacional, pode-se observar que o capitalismo recrudescer sua dinâmica contraditória, ensejando uma nova reflexão sobre o imperialismo. O modo de produção capitalista segue, inevitavelmente, extraindo trabalho mais-valor, haja vista a recente incorporação de mais de 1 bilhão de trabalhadores, oriundos de ex-países pós-capitalistas, conforme Harvey (2011). Ou seja, mesmo após a crise de acumulação de capital e a emergente hegemonia do capital financeiro, a força-de-trabalho continuou a ser demanda, sendo aproveitado o expressivo contingente de trabalhadores, recém-libertados de relações que impediam a exploração do trabalho, que vigoravam em países fora do circuito capitalista. Porém, as operações financeiras na economia mundial superam em muito a produção de mais-valor. Um exemplo ilustrativo desse fato é o volume de negócios do mercado de futuros da bolsa de valores.

Segundo Harvey (2011), somente esta operação especulativa movimentou, no ano de 2008, mais de 10 vezes o valor total da produção de bens e serviços no mundo.

A hegemonia do capital financeiro na economia mundial tornou-se um fato incontestável. Hoje é possível registrar um número expressivo de empresas que, apesar do nome-fantasia e do registro de atividades-fim, em nada contribuem para a geração de riqueza por meio da venda de bens e serviços. O foco das mesmas é a compra e venda diária de ações, debêntures, títulos da dívida pública e privada, empréstimos e seguros, ou seja, é a punção sobre a riqueza fictícia – e dialeticamente a real.

“[...] o capital fictício tem existência real e sua lógica interfere realmente na trajetória e nas circunstâncias da valorização e da acumulação. O capital fictício tem movimento próprio. Assim ele é real de certa maneira e, ao mesmo tempo, não é” (CARCANHOLO & NAKATANI, 1999, p. 295, 296).

Fontes (2010) explica que nos encontramos na mais torrencial propriedade capitalista “por ela mesma”, que a torna mais abstrata, socializada de modo desigual e indiscutivelmente mais virulenta. Uma propriedade que assumiu proporções inauditas, máximo fetiche do dinheiro. O capital fictício origina-se do capital portador de juros (também chamado de capital monetário) – não obstante este também possua uma dimensão fictícia, pois duplica a riqueza social –, porém, diferencia-se do mesmo, porque não figura entre seus propósitos contribuir para a produção de mais-valor.

Nas novas condições em que se delineia o processo de acumulação do capital, verifica-se a (res)significação de sua escala de atuação. O capitalismo continua a depender da escala local para a valorização do capital, produção/realização de mais-valor por meio do trabalho explorado, porém, o processo de acumulação, descolou-se da escala local, forjando um processo de auferição de lucros (fictícios) que se consuma em escala mundial. Ou seja, a produção puramente abstrata de riqueza (res)significou a produção espacial, pois mesmo sendo imprescindível a subordinação do espaço absoluto – enquanto relativo – para a continuidade da produção de mais-valor, este espaço absoluto inscreve-se numa trama muito mais complexa que outrora, uma vez que seu destino está lançado em outra escala.

O que se deseja afirmar é que no imperialismo contemporâneo, os interesses traçados em escala mundial, mais que em qualquer outro momento, exerce uma prevalência sobre a reprodução espacial. A permanência dos investimentos de uma empresa situada em um determinado lugar está em função da capacidade de promoção de lucros e da continuidade do ciclo vicioso que remunera o capital portador de juros e sua derivação mais abstrata, o capital fictício, ambos, integrantes do capital financeiro. Logo, o que rege a localização e

deslocalização dessas empresas, portanto, é a capacidade de atender a este diverso e seletivo grupo de usurpadores da riqueza social.

Podemos afirmar, então, que o imperialismo contemporâneo corresponde à continuidade da fase do modo de produção capitalista, iniciada nos albores do século XX, com alterações importantes. No imperialismo contemporâneo a produção de riqueza fictícia assume patamares jamais vistos e comanda toda a produção social. Trata-se de um imperialismo distinto daquele analisado pelos pensadores da II Internacional, haja vista que o capital financeiro eminentemente especulativo se desenvolveu, assumindo dimensões inauditas e dispondo de um maior poder político sobre as ações dos Estados e dos indivíduos.

Entretanto, em que pese a pujança atual do capital financeiro bem como o entrelaçamento dos capitais monetários provenientes de *players* de distintas formações sociais na sanha comum pelo açambarcamento da riqueza social, o imperialismo contemporâneo não anula as relações desiguais de produção e de troca entre os países, preservando a histórica sujeição dos países periféricos, que condiciona o desenvolvimento econômico dessas formações sociais a uma articulação subordinada aos países centrais.

Dessa feita, enfatizamos que a *financeirização* do capitalismo ou, como também é conhecida, a mundialização do capital integra o imperialismo contemporâneo e reatualiza as disputas entre as corporações pela apropriação monopólica do espaço.

O capitalismo, em sua fase imperialista acentua sua tendência a apropriar-se de novos territórios e de novos mercados, em sua partilha do mundo, o que faz com que a mundialização, a partir dessa perspectiva, se situe no âmbito da fase imperialista do capitalismo, privilegiando a expansão do sistema mundial capitalista (OSORIO, 2012, p. 84).

Apesar da continuidade das hierarquias político-econômicas entre as nações é preciso observar que o desenvolvimento das forças produtivas, a formação de corporações transnacionais e a indiscutível capacidade ordenadora do capital financeiro têm inserido alguns países periféricos como parcela integrante de um sistema imperialista em escala mundial, vide o que se passa com a externalização das atividades produtivas e financeiras de corporações radicadas em países como o Brasil, a China e a Índia. No Brasil, por exemplo, as empresas radicadas no país como Petrobrás, Vale e Embraer S.A. exportaram cada uma mais de US\$ 50 milhões para países como Estados Unidos e Canadá (SECEX, 2014). Além disso, várias corporações de origem brasileira possuem filiais em vários continentes, como a catarinense WEG, uma das maiores fabricantes mundiais de equipamentos eletrônicos (robôs e motores) para indústrias, com unidades fabris na Alemanha, Portugal e Estados Unidos.

No que se refere à China, o processo de restauração capitalista no país, iniciado na década de 1970, elevou as forças produtivas, permitindo a formação de poderosas corporações multinacionais com unidades produtivas em vários países. Vale como exemplo, a Lenovo, que se transformou numa das maiores fabricantes de computadores do mundo, incorporando em seus ativos a divisão de PCs da IBM e a divisão de celulares da Motorola. Ainda sobre a China, três empresas desse país dominam as primeiras posições do ranking mundial das empresas de capital aberto, à frente de países como Estados Unidos, Alemanha e Japão (Forbes, 2016). Em relação à Índia, suas corporações também participam ativamente das exportações de capitais. A Tata Steel tornou-se um conglomerado de empresas produtoras de aço e automóveis, com investimentos em diversos países da Europa, inclusive, na Inglaterra, sua antiga metrópole colonial.

Este desarrollo capitalista dio como resultado el surgimiento de empresas multinacionales en los países atrasados, otro fenómeno que según la visión tradicional de la dependencia y el imperialismo parecía imposible que sucediera. Petrobrás de Brasil, Tenarias de Argentina, Tata de India, Cemex de México, entre otras, se expanden por fuera de sus países de origen, y entran en competencia con otras grandes corporaciones a nivel mundial. Algo similar se puede decir de compañías de China; sólo en África se calculaba, comienzos de 2008, que había unos 750.000 trabajadores empleados por empresas chinas (ASTARITA, 2009, p. 86, 87).

Há uma estreita colaboração entre as burguesias das distintas formações sociais para o açambarcamento da riqueza social. Cada vez mais imiscuídas, essas burguesias, não obstante a acidez compulsória da rivalidade, mantém uma articulação, instável por natureza, visando assegurar a continuidade do processo de auferição de lucros produtivos e patrimoniais. Por conseguinte, a famosa relação entre um centro espoliador e uma periferia indefesa necessita ser revista, pois a acumulação mundializada de capitais, sob a ordem hegemônica do capital financeiro, tem propiciado uma interpenetração de interesses sem paralelo na história que recrudescer a fase imperialista do capitalismo, tornando-a potencialmente mais expropriadora. Nas formulações dos críticos marxistas do imperialismo, situados na II Internacional, haveria uma beligerância entre as nações de capital monopólico pela conquista de territórios, especialmente, nos países periféricos da economia capitalista. Ou seja, aqueles países que ainda não passavam por processos de concentração e centralização do capital, capazes de alavancar a formação de grandes corporações e brindar o capital financeiro de maior elasticidade para as suas operações seriam vítimas da corrida imperialista por matérias-primas, por mercados para a venda de mercadorias e por investimentos de capitais.

Lenin era o mais incisivo defensor de que o imperialismo reservava uma disputa interimperialista entre as nações pela conquista de mercados. Afirmando, inclusive, que a condição para a mais expressiva atuação do capital financeiro estava condicionada à apropriação direta das colônias, a saber, à subjugação política das nações de economia atrasada.

O capital financeiro é uma força tão considerável, pode dizer-se tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais que é capaz de subordinar, e subordina realmente, mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa, como veremos seguidamente. Mas, compreende-se, a subordinação mais lucrativa e cômoda para o capital financeiro é uma subordinação tal que traz consigo a perda da independência política dos países e dos povos submetidos (LENIN, 2002, p. 62).

Estas formulações calcavam-se num contexto em que as corporações monopólicas reuniam capitais de origem nacional. Não somente as mesmas tinham sua matriz radicada em seu país de origem, como o processo de concentração e centralização do capital estava hegemonicamente envolvido em escala nacional, contando com forte apoio dos Estados-nação. O curso da interpenetração de capitais de diversos matizes e diferentes formações sociais era pouco significativo.

A internacionalização do modo de produção capitalista, com o alcance ora observado, associada ao processo de financeirização da economia, que generalizou o modelo de corporação transnacional de sociedade anônima, propiciou uma interpenetração de capitais, sem registro similar na história do capitalismo.

O grau de interpenetração entre os capitais de diferentes nacionalidades aumentou. O investimento internacional cruzado e as fusões-aquisições transfronteiras engendram estruturas de oferta altamente concentradas a nível mundial (CHESNAIS, 1996, p. 33).

Não obstante muitas corporações continuem radicadas em seus países de origem, recebendo alguma forma de subsídio estatal, a captação de seus recursos tornou-se mundial. O capital portador de juros e o capital fictício afluem de diversos *players* situados em distintos países, inclusive, periféricos. Gowan (2009) oferece um exemplo emblemático disso: em meio à ameaça de falência de duas das maiores instituições financeiras norte-americanas, Fannie Mae e Freddie Mac, durante a crise do capital, em 2008 – cujo epicentro se localizou no setor imobiliário desse país – as mesmas foram nacionalizadas pelo governo dos Estados Unidos com uma injeção de liquidez de 200 bilhões de dólares, por exigência de seu principal credor, o governo chinês, portador de mais de 400 bilhões de dólares em títulos das duas instituições.

HEGEMONIA DO CAPITAL FINANCEIRO

Registramos que essa forma peculiar em que se valoriza o capital, encontrou as condições objetivas para seu crescimento e domínio da economia no último quartel do século passado. As desregulações fiscais e monetárias serviram de combustível para aprofundar a separação entre o capital produtivo e o capital-dinheiro. Este se desenvolveu de maneira *sui generis* nas últimas décadas, ultrapassando em volume o capital funcionante (aquele destinado à extração de mais-valor).

Desde finales de los años setenta, la acumulación real ha tenido un aumento mediocre y precario, pero el sector financiero ha crecido de manera extraordinaria en lo que respecta a empleo, utilidades y tamaño de las instituciones y los mercados; ha habido desregulación, cambio tecnológico e institucional, innovación y expansión mundial. El sector financiero está ahora presente en todos los aspectos de la sociedad de los países desarrollados, aunque también se ha expandido ampliamente en el mundo en desarrollo (LAPAVITSAS, 2011, p. 51).

O volume de operações financeiras em escala global atingiu cifras tão significativas desde a crise do capital na década de 1970, que mormente se fala de uma *financeirização* da economia mundial. O corolário desta afirmação radica na indigesta realidade que aponta uma influência exacerbada da lógica financeira nas atividades econômicas das corporações e dos Estados. Para Nakatani (2002) houve uma maiúscula migração de capitais para a esfera financeira como forma de minorar a queda tendencial da taxa de lucro, conferindo a essa esfera o poder dominante da economia mundial.

Para Boron (2012) é essa a condição que confere ao imperialismo vigente condições distintas daquele analisado pelos signatários da II Internacional, pois o fenômeno da *financeirização* da economia mundial logrou extremos colossais.

As corporações multinacionais ou transnacionais estão cada vez mais imiscuídas no processo de valorização financeira do capital. Muitas delas não abandonaram a produção direta de mais-valor, sofrendo a pressão para alavancarem seus lucros de forma equivalente aos facilmente obtidos na esfera financeira. Por isso, elas recorrem corriqueiramente às diversas instituições financeiras para obterem financiamento, bem como partilharem da valorização fictícia de capitais.

[...] los monopolios se han implicado cada vez más en las finanzas, incluso al grado de mantener departamentos separados para las operaciones de crédito comercial y títulos financieros (LAPAVITSAS, 2011, p. 53).

Ferreira (2011) explica que as corporações empresariais flexibilizaram suas operações dedicando-se crescentemente à lógica especulativa por meio de reformulações internas de sua própria estrutura.

Faz-se mister ressaltar que a crise do capital da década de 1970, desde então, conduziu as corporações a deslocarem suas atenções primárias à valorização célere e especulativa de seus investimentos.

[...] en el sistema financiero internacional, aproximadamente el 95% de todas las transacciones se realiza en un período igual o inferior a siete días, en donde además existen posibilidades de obtener tasas de ganancia muy significativas en un muy corto plazo. Esto hace que los sectores no financieros del capital deban extremar sus estrategias para succionar excedentes en la mayor cantidad y en el menor tiempo posible, para compensar lo que de otro modo podrían obtener en el sistema financiero. Este, por ser mucho más volátil, implica mayores riesgos, pero ejerce una influencia muy grande sobre las estrategias de inversión en todos los demás sectores de la economía. El capital ha ido transformando los más diversos aspectos de la vida social en meras mercancías, expandiendo su influencia hasta cubrir todo el planeta más allá de los avatares del ciclo económico (BORON, 2012, p. 31).

Isso significa que na atual esquina da história, o processo de concentração e centralização do capital está mais definido e as grandes corporações não tergiversam em combinar a exploração direta de mais-valor, junto a graúdas somas de investimento em operações financeiras, visando à acumulação patrimonial.

Encontramos grupos cuja atividade industrial passa por grandes dificuldades e que, ao mesmo tempo, aumentaram sua rentabilidade financeira. Quando, em fevereiro de 1997, o presidente da Renault anunciou o fechamento de sua filial de Renault-Bélgica (produção acima de 100 mil veículos por ano), a cotação das ações do grupo imediatamente deu um salto de 11,7% na Bolsa de Paris. Este exemplo constitui uma ilustração chocante da contradição na qual evolui o capital no seu conjunto (TOUSSAINT, 2002, p. 88).

Por isso, na atualidade, é um trabalho de Sísifo tentar uma meridiana delimitação entre os operadores do capital produtivo e os operadores do capital financeiro, haja vista que eles se cristalizam em generalizadas sociedades anônimas, atuando nos distintos pontos do processo de rotação do capital – ainda que a maior parte de suas operações se concentre na transformação “fantasmagórica” e ininterrupta de D-D’.

Os Estados também fazem a sua “oferenda” ao todo poderoso capital financeiro, sendo peça indispensável à engrenagem especulativa. “O capital financeiro encontra no Estado a possibilidade de alianças para o processo de acumulação” (CONCEIÇÃO, 2013, p. 83). Com o fim do padrão ouro-dólar e a adoção do cambio flutuante em boa parte das economias nacionais, os Estados passaram a atuar com destaque nas operações especulativas cambiais,

uma vez que tornou-se comum a adoção de elevados contingentes de moedas reservas como parte do pacote para “acalmar os mercados” (leia-se, oferecer mais garantias aos *players*).

Esse é um processo generalizado entre as nações capitalistas desde as últimas décadas do século passado, mas acomete, sobretudo, as nações periféricas em razão da debilidade estrutural de suas economias. O Brasil, por exemplo, para manter uma “proteção” frente às oscilações do dólar e a debilidade de sua balança comercial, detém a 7º colocação no ranking mundial de reservas de dólares. Em sua companhia estão outros países dos BRICS como a China (1º colocação), a Rússia (6º colocação) e a Índia (11º colocação).

Além disso, sob o argumento do controle da inflação, o Estado impõe taxas de juros exorbitantes atraindo capitais voláteis, especialmente direcionados a compra de títulos da dívida pública. Assim, o Estado é funcional ao sistema sociometabólico do capital e opera decisivamente para a criação de um ambiente favorável ao perdulário sistema financeiro.

[...] el Estado, además de privatizar las empresas estratégicas bajo su control, impulsó a los bancos centrales para que desempeñaran un papel estratégico en la acumulación masiva de reservas y el manejo de las tasas de interés. Las mencionadas transformaciones generaron las condiciones para poner a disposición del capital –como nunca– grandes masas de ahorro y expandir el crédito hasta sus límites (CAMACHO & NIETO, 2011, p. 303).

Compreende-se que o surgimento de variadas instituições financeiras ao longo das últimas décadas diversificaram as operações e as fontes de valorização fictícia do capital, como os fundos de pensão, os fundos de investimentos e as companhias de corretagem e seguros. Estas instituições forçaram os bancos a remodelar-se como forma de se manterem na concorrida economia de cassino, forjando uma pletora de capitais aptos a valorização fictícia sem precedentes.

[...] a la vez que la creciente liberalización financiera permitió que grandes corporaciones pudieran obtener préstamos casi sin restricciones en los mercados financieros abiertos, los bancos optaron por obtener ganancias mediante los préstamos a los particulares y la intermediación de las transacciones financieras. Dado que esos mercados crecieron, surgieron nuevas instituciones financieras que movilizaron dinero ocioso en la sociedad capitalista – fondos de pensiones, fondos de inversión, compañías de seguros, fondos de cobertura–,etc (PAPADATOS, 2011, p. 210; 211).

A pujante presença do capital financeiro na (re)ordenação da economia mundial pode ser notada em números. Segundo levantamento do McKinsey Global Institute publicado em 2013, o estoque mundial de ativos financeiros (incluindo títulos da dívida privada, dívida governamental, participação acionária e depósitos bancários) antes da eclosão da crise de 2008, quase quadruplicou de tamanho em relação ao PIB mundial, registrado a partir de 1980.

Esse estoque sofreu uma ligeira queda em 2009, e se mantém em relativa estagnação (porém, com cifras, flagrantemente, superiores à década de 1990).

No tocante ao mercado cambial, Ricupero (2008) afirma que as reservas de moedas estrangeiras em poder dos bancos centrais cresceram de 910 bilhões de dólares em 1990 para o patamar superior a 5 trilhões no ano de 2006 (dois anos antes do estouro da crise). Ainda, segundo Ricupero (2008) a economia norte-americana é emblemática como exemplo do crescimento performático dessa riqueza fictícia: enquanto na década de 1980 o setor financeiro dos Estados Unidos abocanhava 10% dos lucros corporativos das empresas com sede no território ianque, em 2007, esse número havia alcançado 40% dos lucros. O mais curioso é que isso se materializou empregando apenas 5% da totalidade dos trabalhadores ativos.

Duménil & Levy (2010) explicam que os ativos estrangeiros de posse dos grandes bancos no ano de 1977 não passavam de 9%. Esse número foi miraculosamente majorado até o primeiro semestre de 2008, passando a cifra de 59%.

Há na atualidade, portanto, condições objetivas qualitativamente diferentes do início do século XX. As engenhosas tecnologias de comunicação e informação permitiram a criação de um verdadeiro sistema financeiro em escala global, mais articulado, mas não menos desigual, que oferece a oportunidade de valorização fictícia e ininterrupta do capital.

A partir do processo desencadeado pelas multinacionais norte-americanas, as empresas européias e sobretudo japonesas, aprimoraram o sistema e formam hoje de forma integrada um sistema financeiro internacional e conseqüentemente um mercado internacional de capitais. A interligação/unificação das Bolsas de Valores de New York, Tóquio, Londres, Paris, Frankfurt, Milão etc., constituem um exemplo dessa realidade. Praticamente as vinte e quatro horas do dia, têm bolsas com pregão funcionando. Em função das diferenças de fusos horários, se tomarmos como exemplo o horário de Brasília, a primeira bolsa a abrir o pregão na Ásia, é a de Tóquio, às 20, 30 horas, e vai funcionar até o equivalente a 3 horas da madrugada de Brasília. Depois vêm as bolsas de Cingapura, abertura às 22 horas e fechamento às 6 horas da manhã seguinte; Hong Kong abre às 22 horas e fecha às 4,45 horas da madrugada. Depois vem a abertura das bolsas européias, por exemplo, Londres abre às 5 horas da madrugada e fecha às 13,30 horas. São Paulo, por sua vez abre às 9,30 horas e fecha às 16,30 horas. New York abre às 11,30 horas e fecha às 18 horas. Ou seja, durante as 24 horas do dia, apenas duas horas e meia (entre 18 horas e 20,30 horas) não há bolsa com pregão aberto (OLIVEIRA, 2003, p.12).

A rapidez e a instantaneidade dos dados e informações servem como suporte à orgia especulativa que leva diariamente a movimentação de contingentes absurdos de capitais, muitas vezes superiores ao PIB das principais economias do capitalismo. Existe uma gama de

pesquisas científicas e investigadores dedicados a criar as condições materiais para a materialização e legitimidade das operações financeiras.

A mobilidade de capitais não é a exceção. Em verdade, a tônica do processo de valorização fictícia dos capitais é a sua capacidade de movimentar-se em ciclos curtos e ao largo de qualquer controle monetário e fiscal, influenciando na manutenção ou ampliação da flexibilização das operações de cunho financeiro.

As regras internacionais que ordenam os movimentos de dinheiro e capital (através de fronteiras internacionais) contribuem para configurar os “campos de batalha financeiros”, nos quais os bancos e especuladores empreendem seus ataques mortais. Em sua busca de apropriação da riqueza econômica e financeira por todo o mundo, os bancos globais e as corporações multinacionais pugnam ativamente pela total desregulamentação dos fluxos do capital internacional, incluindo o movimento de dinheiro quente (*hot money*) e “sujo” (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 294; 295).

Como consequência disso, proliferaram-se nas últimas décadas os denominados paraísos fiscais – ou mundo extraterritorial, como nomeia Shaxson (2014) – que, ademais de pequenas ilhas paradisíacas envolve grandes economias *financeirizadas*, a exemplo de Estados Unidos e Inglaterra, servindo de abrigo para operações sigilosas e fraudulentas de diversos conglomerados.

El mundo extraterritorial nos rodea por todas partes. Más de la mitad del comercio internacional pasa, al menos en los papeles, por los paraísos fiscales. Más de la mitad de todos los activos bancários y un tercio de las inversiones extranjeras directas que realizan las corporaciones multinacionales se canalizan a través del sistema extraterritorial (SHAXSON, 2014, p. 31).

Os *players* buscam os mercados de capitais mais lucrativos em períodos de forte aquecimento financeiro – geralmente radicados em países periféricos –, entretanto, não titubeiam em buscar os logradouros mais seguros ao primeiro sinal da crise, mesmo que o retorno destes esteja muito aquém da voracidade habitual dos *players*.

Daí a recorrente fuga de capitais que lastima irremediavelmente as nações periféricas em tempos de sobressaltos financeiros, a exemplo do que ocorreu com o Brasil em 1999, com a Argentina em 2001 e, recentemente, com a Rússia em 2014. No Brasil, o real sobrevalorizado frente ao dólar, as altas taxas de juros para atração dos investimentos estrangeiros e as privatizações dos ativos do Estado desmantelaram a capacidade produtiva e a competitividade internacional das empresas radicadas no país. Assim, com a crise dos Tigres Asiáticos (1997) e com a diminuição dos preços das commodities no mercado mundial, a economia brasileira é duramente atingida pela crise, relevando-se incapaz de manter os capitais estrangeiros no país, mesmo com a manutenção de altas taxas de juros praticadas pelo

Banco Central do Brasil. No caso da Argentina, a adoção de um rígido modelo monetário e cambial baseado na conversão imediata do peso em dólar e no abandono do Estado do poder regulador monetário e fiscal conduziu a uma grave crise. Batista Jr. (2002) explica que esse modelo funcionou na Argentina, enquanto o cenário econômico lhe era favorável. Entretanto, ao primeiro sinal recessivo e, incapaz de adotar medidas anticíclicas, uma vez que sua política monetária e fiscal estava atrelada aos Estados Unidos, a Argentina se viu em apuros. A primeira medida tomada pelos investidores foi empreender uma fuga de capitais rumo a mercados sólidos. A Rússia também foi vítima da fuga de capitais em 2014, em razão da queda no preço do petróleo. Sendo sua balança comercial dependente da exportação de gás natural e petróleo, a Rússia observou uma desvalorização de sua moeda (o rublo se desvalorizou 11% em relação ao dólar) e, por conseguinte, uma notável saída de investidores de curto prazo, mesmo após a elevação da taxa de juros do país de 10,5% para 17% ao ano.

Ressalta-se que a *financeirização* da economia mundial reatualiza as hierarquias econômicas entre as formações sociais, não obstante ser responsável por um processo cruzado de interesses, haja vista que a interpenetração de capitais de diversos matizes e origens agrupa desejos aparentemente antagônicos. O capital jamais teve pátria e no período de hegemonia das finanças em escala mundial, é corriqueiro que *players* radicados em nações periféricas especulem contra a própria moeda nacional ou se locupletem desavergonhadamente, majorando a dívida soberana de seus Estados. No atual contexto o que se clama é pela continuidade da valorização fictícia de capitais.

O capital financeiro não cria riqueza social. Seu lastro depende da dinâmica de extração de mais-valor e auferição da taxa de lucros do lócus produtivo. Entretanto, o dinheiro já liberto de suas funções primárias de equivalente geral e meio de circulação, atua como capital-dinheiro, ou seja, uma mercadoria como qualquer outra. Assim, assume a curiosa capacidade de valorizar-se a si mesmo e imprimir o ritmo da economia mundial.

É na produção que se cria riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações. Mas é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social dessa riqueza. Um dos fenômenos mais marcantes dos últimos 15 anos tem sido a dinâmica específica da esfera financeira e seu crescimento, em ritmos qualitativamente superiores aos dos índices de crescimento do investimento, ou do PIB (inclusive nos países da OCDE), ou do comércio exterior. Essa “dinâmica” específica das finanças alimenta-se de dois tipos diferentes de mecanismos. Os primeiros referem-se à “inflação do valor dos ativos”, ou seja, à formação de “capital fictício”. Os outros baseiam-se em transferências efetivas de riqueza para a esfera financeira, sendo o mecanismo mais importante o serviço da dívida pública e as políticas monetárias associadas a este (CHESNAIS, 1996, p. 15).

“Magicamente”, ele, o capital, consegue se desvencilhar da necessidade de se envolver no trabalho demorado de exploração da força-de-trabalho, logrando o alcance célere de D-D’. O capital financeiro age duplicando a riqueza social e conferindo por meio de papéis, títulos ou demais meios a capacidade de autonomizar-se perante a produção de valor.

Por isso, é comum a valorização especulativa ocorrer mesmo quando não se verifica a progressão da produção e da extração do mais-valor, a exemplo, do que ocorreu recentemente com a proliferação de título imobiliários nos Estados Unidos na década de 2000, mesmo quando já não havia lastro comprovado. Trata-se da confirmação da previsão de Marx (1988) de que o capital financeiro tende a ganhar vida própria. Em outras palavras, uma dinâmica peculiar de valorização.

A lógica própria e irracional do capital financeiro o faz eminentemente parasitário na atualidade, haja vista que seus propósitos não coincidem com a produção real de valor.

Este processo é mistificado na medida em que se acredita que o processo de valorização do capital ocorre na esfera da circulação, onde o espírito empreendedor do capitalista seria capaz de transformar dinheiro em mais dinheiro (SILVA, 2014, p.30).

Os fluxos monetários em direção à valorização fictícia são sempre significativos, em detrimento da taxa de acumulação fixa de capital. Mesmo os fluxos de investimentos destinados à realização de pesquisas a serviço do capital, tão comentados como caudalosos e indispensáveis na contemporaneidade, tem amargado perdas diante da ciranda especulativa que orienta a acumulação mundializada do capital.

Nesse sentido, o capital financeiro tem a capacidade de ordenar a economia em escala mundial na atualidade, ao tempo que se substancializa em atividades cada vez mais fictícias. Jamais na história do capitalismo a dimensão mais perdulária do capital financeiro exibiu tamanha pujança. É preciso observar que quando Marx quase profeticamente previu a autonomização dessa forma peculiar de valorização do capital, o capital industrial ainda era hegemônico. Por isso, o caráter fictício do capital financeiro era limitado e majoritariamente dominado pelas exigências de um dos seus polos, o capital portador de juros.

Somente a expansão das relações sociais de produção capitalistas e a mercantilização da vida, permitiram o alcance da hegemonia global do capital financeiro. Mais que isso, permitiram que a atuação deliberada de seu polo mais parasitário e irracional – o capital fictício – ocorresse com suporte institucional e com grande euforia.

[...] quanto mais se alarga o palco das operações financeiras, quanto mais se diversifica a variedade de aplicações, mais esse processo realimenta o frenesi especulativo, configurando uma verdadeira corrente da felicidade, em que os

ganhos elevados e rápidos do capital fictício aceleram a sua própria retroalimentação (COSTA, 2007, p. 148).

Afirma-se que o capital fictício está plasmado nas operações mais furtivas e perdulárias que se pode imaginar. Sua volatilidade é ainda maior e, por isso, mais suscetível às tormentas. As duas formas de capital se inscrevem nos juros cobrados pelo valor de uso do dinheiro, mas, enquanto o capital portador de juros se relaciona diretamente com o processo produtivo, punctionando o mais-valor, o capital fictício é alheio à produção. Ele se substantiva na valorização do valor, mediada pela mera especulação.

A autonomia da circulação em relação à produção, já presente no capital a juros, se exponencia no caso do capital fictício. Neste, a relação com o processo produtivo se apresenta ainda mais remota que aquela do capital a juros, pelo fato de o dinheiro que representa o capital desdobrar-se sobre si mesmo, fruto que é, como apontado, da mera "capitalização" de rendimentos (GARLIPP, 2000, p. 17).

A respeito dessa singularidade do capital fictício frente ao capital portador de juros, Fontes (2010) explica que:

- a) A concentração de capital monetário favorece o aumento do capital fictício;
- b) Ambos, capital fictício e capital portador de juros, resultam da enorme concentração da propriedade sob a forma monetária, se configurando como se derivassem de D-D’;
- c) Embora cumpram papéis diferenciados, o capital sob a forma de dinheiro que necessita valorizar-se, pode transitar ligeiramente de uma situação para outra. Ou seja, o dinheiro concentrado pode operar como capital portador de juros em determinada situação e capital fictício em outra.

Importante registrar que o limite da voracidade do capital fictício não reside nos limites absolutos do mais-valor, oferecido pelo capital industrial. Em verdade, enquanto se mantiver a “expectativa de valorização”, a especulação se encarrega de oferecer os lucros fictícios. Como ele está calcado na suposta possibilidade de alcance perene e longo de juros sobre a riqueza social, enquanto se mantiver a desatinada especulação todos os *players* ganham. Chesnais (2008) explica que o caráter fictício assegura aos detentores de títulos e ações em condições normais de fechamento de processos de valorização do capital, maiúsculos rendimentos e juros, e essa dinâmica se perpetua até envolver-se em uma nova crise.

O capital fictício está orientado a valorizações rápidas e arriscadas e seu compromisso é por transformar, à revelia da conjuntura econômica, D-D’. Não lhe estimula envolver-se em atividades que demandem tempo e que sejam “pouco” rentáveis. Trata-se de um processo em

que a imposição dos juros multiplica a riqueza social como se existisse um capital com lastro indefinido.

Se está por tanto ante la forma más fetichizada del capital mediante la cual la relación social adquiere su manifestación acabada y el capital se presenta como la relación de una cosa consigo misma (ROMO, 2013, p. 161).

O capital fictício hoje opera em diversos lócus como a especulação cambial, os títulos públicos, os derivativos do mercado de futuros, dentre outros. Há uma profusão de meios fictícios de valorização do capital que inundam o mercado financeiro, ávidos pelo alcance e permanente ampliação de lucros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O imperialismo contemporâneo consiste da presença de grandes corporações multinacionais, denominadas por muitos de empresas monopolistas ou oligopolistas, de desmesurada pujança econômica e de lobby político para a continuidade da reprodução ampliada do capital, especialmente, para o alcance de lucros extraordinários. Essas empresas atuam em um cenário de avassaladora hegemonia do capital financeiro, sobretudo, de sua dimensão mais especulativa, o capital fictício, transformando-as em corporações com elevado grau de concentração e centralização do capital. Elas combinam a extração do mais-valor, a punção sobre os lucros e, também, a mera valorização fictícia de seus investimentos.

Ademais, apresentam uma dinâmica de operação calcada em uma peremptória mobilidade de seus ativos produtivos e financeiros, haja vista que a forte concorrência as impele a um processo de territorialização/desterritorialização sem limites.

Diferentemente da época da análise dos primeiros críticos do imperialismo, situados na II Internacional, não se pode afirmar que há uma nítida exploração econômica das nações imperialistas, compreendidas como um seletivo núcleo de países detentores de companhias monopólicas nacionais, contra as nações periféricas. Os investimentos externos diretos deixaram de ser um marca exclusiva das corporações radicadas em países centrais da economia e um mecanismo emblemático de exploração econômica dos países periféricos. Em que pese a continuidade das assimetrias econômicas entre diversas nações, o desenvolvimento das forças produtivas nos países periféricos e sua articulação instável com conglomerados estrangeiros impulsionaram empreendimentos industriais e financeiros advindos de corporações radicadas em países periféricos.

O curso da internacionalização da produção capitalista ao longo do século XX e a acumulação mundializada de capitais acrescentaram duas características que não podem ser olvidadas: a) emergiram corporações multinacionais radicadas nos países periféricos com operações em países do seletivo núcleo de nações centrais do capitalismo, como Estados Unidos e Europa. Obviamente, é um contingente bem inferior à quantidade de corporações radicadas nos países centrais, mas, um indicador de que as multinacionais radicadas nos países periféricos também partilham do desejo comum de valorização de seus capitais, extraíndo trabalho excedente, punccionado os lucros e abocanhando ficticiamente seus investimentos também no exterior; b) formou-se um mercado financeiro em escala mundial, onde as corporações também se capitalizam através de *players* situados em outros países. Há uma ressignificação das fronteiras dos Estados para assegurar torrenciais deslocamentos de massas de capitais. Dessa feita, a conhecida ideia de corporações nacionais já não corresponde com rigor à realidade, pois, apesar de continuarem dispendo de proteção e subsídios dos Estados que comandam politicamente o território onde radicam, as corporações estão crescentemente envolvidas em operações no exterior e parcela expressiva de suas ações está nas mãos de outros *players*.

Verifica-se, portanto, uma interpenetração de capitais de diferentes matizes e oriundos de diversos países, imbuídos da vontade de valorização imediata de seus investimentos, de modo que a delimitação da nacionalidade de uma corporação torna-se, no mínimo questionável. Não se quer afirmar que as abruptas diferenças tecnológicas e de domínio da ciência tenham se evaporado. Pelo contrário, estão vivas e isso é o que permite afirmar que as discrepantes produtividades de capital constante contribuem para uma concorrência desigual entre as corporações, contribuindo para o alcance de lucros extraordinários. Todavia, é preciso ressaltar que a *financeirização* da economia, permite aos *players* situados em países periféricos também partilharem desse virtuoso negócio.

Constituiu-se um sistema imperialista mundial que articula as economias centrais e parte das nações periféricas na busca de valorização produtiva e fictícia de capitais. Essa articulação é eminentemente instável, pois acontece em um contexto de aguçada concorrência pela continuidade da reprodução ampliada do capital. Também é desigual por natureza, pois o fosso que separa as economias produtoras e possuidoras de patentes tecnológicas civis e militares prossegue. Entretanto, isso não impede que as burguesias situadas nos países periféricos se apropriem de um quinhão da riqueza mundial.

Desse modo, as hierarquias econômicas entre as nações não são suficientes para traçar uma fronteira entre países imperialistas e não imperialistas, pois há várias corporações empresariais radicadas em países considerados periféricos, altamente financeirizadas e de alcance multinacional, portanto, diretamente envolvidas nesse sistema imperialista. Os interesses das burguesias – em que pesem as históricas rivalidades – estão crescentemente imiscuídos e suas vítimas são os trabalhadores de todo o mundo. Vide o que ocorreu em 2009, na província de Ontário no Canadá, quando trabalhadores, da empresa Vale S.A (radicada no Brasil e anteriormente chamada de Vale do Rio Doce), fizeram uma greve de várias semanas contra o agressivo regime de exploração da força de trabalho praticado por essa corporação multinacional. Seguramente, esta realidade não encaixava nas primeiras décadas da fase imperialista do capitalismo, nos albores do século passado.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. R. M. **Globalização: a nova retórica do velho imperialismo: uma abordagem do imperialismo dos séculos XX/XXI**. Tese (em História). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.
- ASTARITA, R. **Monopolio, Imperialismo e Intercambio desigual**. Madrid: Maia Ediciones, 2009.
- BATISTA JR, P. N. Argentina: uma crise paradigmática. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 44, p. 83-96, 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n44/v16n44a06.pdf>> Acesso em: 24/04/2017.
- BORON, A. **América Latina en la geopolítica del imperialismo**. Buenos Aires: Luxemburg, 2012.
- BRASIL. Secretaria de Comércio Exterior. **Portal brasileiro do comércio exterior**. Disponível em <<http://www.comexbrasil.gov.br/>> Acesso em: 26/03/2017.
- BUKHARIN, N. **A economia mundial e o imperialismo: esboço econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- CAMACHO, C. M.; NIETO, J. A. R. La globalización del capital financiero: 1997-2008. In: CAMACHO, C. M; LAPAVITSAS, C. (ORGS.). **La crisis de la financiarización**. Ciudad de México: UNAM, Instituto de Investigaciones Economicas: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2011.

CARCANHOLO, R. A.; NAKATANI, P. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. **Ensaio** FEE, v. 20, p. 284-304, 1999.

CHESNAIS, F. **O capitalismo tentou romper seus limites históricos e criou um novo 1929, ou pior. 2008.** Disponível em <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/O-capitalismo-tentou-romper-seus-limites-historicos-e-criou-um-novo-1929-ou-pior%0D%0A%0D%0A/7/14341>> Acesso em: 12/02/2017.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CHOSSUDOVSKY, M. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial.** São Paulo: Moderna, 1999.

CONCEIÇÃO, A. L. Estado, capital e a farsa da expansão do agronegócio. **Revista Meridiano (Online)**, v. 02, p. 81-104, 2013. Disponível em: <<http://www.revistameridiano.org/n2/05>> Acesso em: 11/02/2017.

COSTA, E. **A globalização e o capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. A finança capitalista: relações de produção e relações de classe. In: BRUNHOFF, S.; CHESNAIS, F.; DUMÉNIL, G.; LÉVY, D.; HUSSON, M. **A finança capitalista.** São Paulo: Alameda, 2010, p. 37-61.

FERREIRA, P. S. S. **O imperialismo: os teóricos precursores e o debate contemporâneo.** Dissertação (em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história.** Rio de Janeiro: EPSJV/ Editora UFRJ, 2010.

FORBES BRASIL. **50 maiores empresas do mundo em 2016.** Disponível em <<http://www.forbes.com.br/listas/2016/05/50-maiores-empresas-do-mundo-em-2016/>> Acesso em: 18/02/2017.

GARLIPP, J. R. D. Ex proprio sinu capital fictício em Marx e o capitalismo contemporâneo. In: **V Encontro Nacional de Economia Política. Sociedade Brasileira de Economia Política.** Universidade Federal de Fortaleza: Fortaleza, 2000.

GOWAN, P. Crise no centro. Consequências do novo sistema de Wall Street. **Revista Estudos Avançados**, v. 23, n. 65, p. 49-72, 2009. Disponível em <[file:///C:/Users/Usuario/Downloads/NLR28901%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/NLR28901%20(1).pdf)> Acesso em: 22/04/2017.

HARVEY, D. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

- HILFERDING, R. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LAPAVITSAS, C. El capitalismo financiarizado. Crisis y expropiación financiera. In: MORERA, C.; LAPAVITSAS, C. (ORGS.). **La crisis de la financiarización**. Ciudad de México: UNAM, Instituto de Investigaciones Economicas: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2011, p. 33-90.
- LENIN, V. I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2002.
- LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo: anticrítica**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE. **Financial globalization: retreat or reset?** 2013. Disponível em: <http://www.mckinsey.com/insights/global_capital_markets/financial_globalization> Acesso em: 29/01/2017.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política. Livro Terceiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- NAKATANI, P. A crise atual do sistema capitalista mundial. In: **VII Encontro Nacional de Economia Política**. Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2002.
- OLIVEIRA, A. U. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, v. 2, n. 21, p. 113-156, 2003.
- OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (ORGS.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 79-94.
- PAPADATOS, D. Los bancos centrales en el capitalismo contemporáneo: control de la inflación y crisis financiera. In: MORERA, C.; LAPAVITSAS, C. (ORGS.). **La crisis de la financiarización**. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Económicas: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2011, p. 205-245.
- PETRAS, J. **Imperialismo e luta de classes no mundo contemporâneo**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.
- RICUPERO, R. A crise financeira e queda do Muro de Berlim. **Revista Estudos Avançados (online)**, v. 22, n. 64, p. 185-214, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142008000300012>> Acesso em: 13/12/2016
- ROMO, R. E. **Fundamentación lógica del dinero y del proceso de financiamiento desde el concepto capital**. Tese (em Ciências Econômicas). Universidad Autónoma Metropolitana, Ciudad de Mexico, 2013.

SHAXSON, N. **Las islas del tesoro: los paraísos fiscales y los hombres que se robaron el mundo**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.

SILVA, J. D. S. **A trama faustiana do capital financeiro na captura da unidade de produção familiar**. Dissertação (em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

TOUSSAINT, E. **A Bolsa ou a vida: a dívida externa do Terceiro Mundo: as finanças contra os povos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.